

DELINEAMENTO METODOLÓGICO DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA: Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: uma Proposta Pedagógica Jesuítica no Brasil Colonial

Prof^a. Dr^a. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas- DFCH
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB
casimiro@uesb.br

Resumo: O presente estudo explicita caminhos teóricos e metodológicos pertinentes à tese que analisa o livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, do jesuíta italiano Jorge Benci. A hipótese central que nucleou a pesquisa afirmou que a obra de Benci, publicada em 1700, continha uma concepção pedagógica elaborada especialmente para atender às relações entre senhores e escravos no contexto econômico, social, político e religioso colonial. A partir de uma metodologia de base dialética, a tese foi estruturada em quatro partes, divididas em capítulos. O núcleo do trabalho constou da descrição e análise da proposta pedagógica de Jorge Benci para os senhores e escravizados africanos: a metodologia recomendada, as categorias pedagógicas constantes no texto, os procedimentos pedagógicos explícitos e implícitos, os conteúdos religiosos. Finalmente, estabeleceu-se considerações conclusivas sobre as intenções da obra e a sua representação no tecido colonial. Na conclusão final ficou evidente a confirmação da hipótese norteadora da tese e considerou-se a obra de Benci como uma concepção pedagógica consistente, contendo todos os pressupostos que caracterizam uma proposta pedagógica, ou seja, princípios pedagógicos, missão, pressupostos da aprendizagem, regras, objetivos, conteúdos, métodos e técnicas, avaliação e normas disciplinares.

Palavras chave: Brasil colonial, Pedagogia religiosa, Educação dos escravos negros, Jesuítas.

Do objeto e da metodologia pertinente

A presente comunicação evidencia a metodologia utilizada na minha tese de doutorado cujo tema envolveu a atuação da Igreja e a sua função educativa no projeto colonizador e evangelizador do Brasil; e cujo objeto centrou-se na análise do Livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, do Jesuíta Jorge Benci. A pesquisa focalizou um momento quando, de acordo com a organização política de Portugal, Igreja e Estado estavam interligados pela instituição do Padroado Régio, segundo o qual o Rei era a maior autoridade da Igreja em território português, com direitos e deveres religiosos que muitas vezes se confundiam.

No cenário daquela época, dilatar a Fé era um compromisso da Igreja, mas era, também, um dever do Reino. Dilatar o Império era um objetivo conquistador do Reino, mas era inteiramente do interesse da Igreja, que via ampliar-se o espaço para a propagação da fé

católica. No palco, como principais personagens estavam os jesuítas e, dentre eles, o jesuíta italiano Jorge Benci que viveu na Bahia entre 1681 a 1700. A partir de análises exploratórias acerca do objeto, problematizamos, considerando que

1. Havia uma proposta pedagógica jesuítica claramente delineada para a educação das elites coloniais (nos colégios); e outra para os índios (nas missões).
2. Da afirmação, surgiu a seguinte questão: Havia uma proposta pedagógica para os escravizados africanos? Se havia, de que maneira os jesuítas conceberam esta proposta?
3. Antecipadamente, afirmamos que na sociedade colonial havia, sim, uma concepção de educação subordinada à condição social de cada grupo e que os jesuítas, representados por Jorge Benci, apresentaram uma clara e substancial proposta de educação diferenciada, especialmente para os africanos escravizados.
4. Perguntamos, nesse caso, qual a função, o significado e as características da obra de Benci como proposta educacional?

Diante da problematização, delineamos um conjunto de hipóteses afirmando que no Brasil colonial, além da pedagogia jesuítica sistematizada para alguns portugueses brancos (nos colégios) e além da pedagogia jesuítica sistematizada para a educação e evangelização dos índios (nas missões), foi elaborada uma terceira pedagogia destinada à ‘educação’ dos africanos escravizados. Ou seja, uma terceira concepção pedagógica, consistente, contendo o que, na linguagem atual, chamar-se-iam princípios pedagógicos, missão, pressupostos psicológicos da aprendizagem, regras, objetivos, conteúdos, métodos, técnicas, avaliação e normas disciplinares, que se dariam por mecanismos de controle da Igreja e do Estado. Desdobrando-se a hipótese, afirmamos que o livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, é um corpo pedagógico, de contornos teóricos e práticos no qual se evidenciam:

1. Uma Filosofia Pedagógica, De matriz cristã, logo, que deveria ser baseada na “Verdade Evangélica Revelada” (Conforme conceito de BOEHNER E GILSON, 1985);
2. Uma Missão Pedagógica, com uma função definida (cf. HUNT, p. 20-22) visando: a) a humanização do instituto da escravidão pelos cristãos (patrões); a educação na fé dos escravos batizados e; c) a evangelização e conversão à fé dos escravos não-cristãos;
3. Uma Ciência Pedagógica baseada nos conhecimentos científicos e teológicos tradicionais da época, prevalentemente, do ponto de vista jesuítico (Sagradas Escrituras, tradição patrística, escolástica, cânones e humanismo clássico greco-romano);
4. Objetivos Religiosos com a finalidade de catequese e cristianização mediante o trinômio: crer, orar e obrar (“Para a Maior Glória de Deus”). Objetivos estes intimamente ligados com:
5. Objetivos Sociais visando: a) advertir e preparar o patrão (educador) para tratar com o escravizado (educando), segundo princípios humanos, que também eram os da moral religiosa da época; b) preparar (adestrar) o escravizado para a vida na sociedade cristã, o

trabalho, a docilidade, a obediência e o cumprimento dos deveres, (“Para a Dilatação da Fé e do Império”);

6. Conteúdos – expostos a partir de argumentos do Direito, da Moral e da Fé, contendo: a) para o patrão: advertências, admoestações e exemplos bíblicos, jurídicos e clássicos de como tratar e evangelizar o escravizado; b) para o escravo: sistematização de todo um corpo doutrinário/catequético, com base nas normas do Concílio de Trento (doutrina, orações, atitudes religiosas, atos de fé, mandamentos, sacramentos, virtudes teológicas, artigos da fé, obras de misericórdia, pecados mortais) conforme os manuais de instrução da época colonial;
7. Prática Pedagógica – contendo um conjunto de advertências, admoestações e exortações aos ‘patrões coloniais’, mediante exemplos significativos, de como se deveria educar (adestrar/doutrinar) os seus escravos. Ou seja, normas práticas de como deveriam ser tratados os escravos, no que diz respeito ao sustento material, às necessidades espirituais, às medidas disciplinares e ao adestramento para o trabalho;
8. Uma Função, que foi a de tentar modificar as práticas escravistas vigentes, como se pode constatar, mediante as Cartas Régias enviadas às autoridades coloniais, normas (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*) e as publicações daquela época.

O nosso objetivo principal para responder às questões e testar as hipóteses, foi analisar a concepção pedagógica jesuítica acerca da educação dos escravos negros, no contexto cultural da Bahia dos séculos XVII e XVIII, tomando como núcleo de análise o livro do jesuíta Jorge Benci, publicado no ano de 1700, intitulado *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*.

Assim, o objeto que focalizamos foi a concepção pedagógica destinada aos patrões no trato com os escravizados coloniais. Esse objeto não se reduziu simplesmente à mentalidade, à ideologia, nem ao grau de consciência de Benci, dos jesuítas ou da época, embora essas categorias fossem partes importantes do problema, mas à concepção pedagógica benciana como um todo.

Delimitamos o tempo e o espaço de forma bastante flexível, uma vez que se tratou de educação e pensamento, temas bastante difíceis de se precisar espacial e cronologicamente: Quanto à delimitação do tempo, optamos por um estudo bibliográfico e documental, de abrangência temporal maior devido à necessidade de compreender os princípios fundamentais bíblicos e os argumentos de autoridade extraídos de diversos períodos históricos que foram mencionados por Benci na sua obra; Além disso, considerando o ano de publicação do livro, fixamos um marco contextual, abrangendo os três últimos quartos do século XVII e estendendo-se até meados do século XVIII. Esses limites, em torno do texto/objeto atenderam ao objetivo de confrontação da obra com outras obras religiosas, anteriores ou posteriores à edição do texto.

Quanto à delimitação do espaço, privilegiamos como figura o espaço colonial, entendido como parte do reino universal português (Novo *Orbe* Cristão), uma vez que o que acontecia na Metrópole ressoava nos espaços colonizados, porém com especificidades próprias. Simultaneamente, elegemos como fundo o mundo ocidental (*Orbe* Cristão) dividido abissalmente pela reforma protestante e pela reação católica, e o império português, compreendido como um conjunto de partes pertencentes a um mesmo todo; O nosso limite geográfico, propriamente dito, abrangeu o Recôncavo da Bahia e a cidade do Salvador, capital da Colônia no período pretendido, tendo em vista que esta cidade reproduzia, de forma satisfatória, as relações coloniais e devido à sua inserção no todo do Império Português. Entretanto, não ignoramos dados relativos a outros espaços coloniais, na medida em que contribuíram para o desenvolvimento dos argumentos.

Algumas justificativas atestaram a importância do trabalho ora apresentado: a) As pesquisas que enfocam a educação jesuítica no Brasil colonial se atêm a estudar a educação que os jesuítas destinavam aos brancos. Nosso estudo analisou a pedagogia jesuítica no que diz respeito à educação destinada aos escravizados negros; b) A licença concedida por seus superiores para a publicação indica, de certa forma, a opinião dos jesuítas e da Igreja Católica sobre o assunto. Desse modo, era a própria voz da Companhia de Jesus se posicionando, em documento minucioso e autorizado, sobre a escravidão; c) A obra de Benci influenciou na elaboração das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707, pelo Arcebispo de então, D. Sebastião Monteiro da Vide, que regeram toda a vida religiosa colonial, por uns dois séculos, influenciando, por sua vez, outras obras posteriores; d) A *Economia Cristã*, ao mesmo tempo em que apresenta normas orientadoras no trato com os escravos, propõe uma dupla pedagogia que orienta os senhores e preconiza uma educação para o escravo; e) O texto menciona aspectos do cotidiano e do mundo mental daquela sociedade escravocrata, de interesse para a história da cultura colonial; f) Ao contrário do que aconteceu com a vasta obra de Vieira, poucos são os estudiosos que se debruçaram sobre a obra de Benci, restando, assim, diversos aspectos que mereceram ser analisados; g) Quando o assunto em pauta é a educação do povo brasileiro, a importância da pesquisa residiu no desnudamento de preconceitos, hábitos, atitudes e omissão da nossa sociedade cuja origem está na organização social do Brasil: formas de educação diferenciadas para classes sociais diferenciadas.

Considerando-se a natureza do tema/objeto, situado no campo das representações, a sua inserção histórica e suas implicações ideológicas, literárias e religiosas, privilegiamos o uso

das categorias de análise dialética e os conceitos teóricos de infraestrutura, superestrutura, ideologia e classes sociais. Em consonância, organizamos quatro eixos teóricos: 1 - eixos de teorias históricas e sociais: Lucien Goldmann, Antônio Gramsci, Roger Chartier, Lynn Hunt, Ciro Flamarion Cardoso; 2 - eixos de teorias religiosas: Bernard Häring, José Oscar Beozzo, Riolando Azzi, Hugo Fragoso; 3 - eixos de teorias pedagógicas: Mário Manacorda, Cipriano Luckesi; Paulo Freire; 4 - eixo de categorias estéticas: Pierre Francastel; Michael Baxandall, Helmut Hatzfeld, Afonso Ávila.

Algumas técnicas foram utilizadas para compreensão e análise das variáveis em torno do objeto, consoantes com o método básico. Realizamos a análise documental na seguinte ordem: 1º - Leitura e análise do texto/objeto; 2º - Leitura e análise de textos inspiradores do texto/objeto; 3º - Leitura e análise da literatura existente sobre o texto/objeto; 4º - Leitura e análise comparativa do texto com o contexto; 5º - Leitura e análise de textos verbais contemporâneos ao objeto; 6º - Leitura e análise de textos não verbais contemporâneos; 7º - Leitura e análise de textos influenciados posteriormente pelo texto/objeto; 8º - Comparação do texto/objeto com os citados textos.

Da Argumentação

Estrutturamos a tese em quatro partes divididas em capítulos: Na Parte I no primeiro capítulo, revisamos as pedagogias religiosas cristãs, do ponto de vista da teologia moral e da prática cristã, tomando como base as leituras bíblicas de cada época histórica, a começar pela pedagogia dos apóstolos, passando pela leitura pedagógica patrística, até chegar à segunda escolástica; No segundo, recapitulamos a trajetória da Companhia de Jesus desde a sua fundação por Santo Inácio de Loyola, seguida pela consolidação da pedagogia inaciana, o espírito das suas leis e a adaptação da pedagogia jesuítica no território colonial.

Na Parte II, no primeiro capítulo, contextualizamos a vida material, a sociedade e a mentalidade da Bahia colonial no tempo em que Jorge Benci viveu no Brasil; no segundo, tentamos descrever as formas de representação dessa realidade nos sentimentos dos próprios personagens envolvidos e, principalmente, rerepresentar como se deu a caminhada da Igreja na marcha colonizadora do Império Português.

Na parte III cuidamos do personagem principal, Jorge Benci: No primeiro capítulo apresentamos alguns dados de sua vida: a formação inicial, a vida como jesuíta, a vinda para a Bahia, seus escritos, sua atuação no panorama colonial, suas relações com os companheiros de hábito; No segundo, tratamos da *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*:

as leituras que influenciaram as idéias expressas no livro, os argumentos de autoridades usados em defesa de sua tese e algumas influências legadas por Benci às idéias vindouras, que foram analisadas e confrontadas com as idéias de sua obra.

A parte IV entrou no mérito da proposta pedagógica de Benci para os escravizados africanos e, no capítulo primeiro, descrevemos os conteúdos e a estruturação da *Economia Cristã*. A seguir, analisamos a obra como expressão da cultura colonial, tanto pelas suas qualificações dentro dos padrões estéticos pertinentes quanto pela sua importância como elemento revelador dos conflitos existentes naquele tempo; No segundo capítulo, estabelecemos considerações sobre a *Economia Cristã* enquanto concepção pedagógica peculiar, se bem que coerente com a filosofia pedagógica da Companhia de Jesus e da Igreja; No terceiro, caracterizamos a metodologia recomendada por Benci, extraímos e analisamos as categorias pedagógicas constantes no texto. A seguir analisamos os procedimentos pedagógicos explícitos e implícitos, utilizados ou aconselhados por Benci, evidenciando como foram utilizados os conteúdos religiosos, tanto na elaboração dos seus argumentos como nos seus conselhos para os senhores coloniais; Ainda no terceiro capítulo, estabelecemos considerações sobre o objetivo pedagógico central que Benci quis alcançar e sobre as suas conclusões sobre as "normas, regras, modelos", para os senhores tratarem os seus escravos.

Na parte final, confirmamos a hipótese norteadora da tese de que havia, além da proposta pedagógica para os colégios e para as missões, uma terceira concepção pedagógica para os escravizados africanos. Afirmamos que esta concepção foi elaborada por Jorge Benci, com a anuência da Companhia de Jesus e da Igreja. Qualificamos como uma concepção pedagógica consistente, contendo todos os pressupostos que a caracterizam como tal e que, na linguagem atual, chamaríamos: princípios pedagógicos, missão, pressupostos psicológicos da aprendizagem, regras, objetivos, conteúdos, métodos e técnicas, avaliação e normas disciplinares.

Na análise do discurso benciano, destacamos algumas considerações significativas: Primeiramente, Benci foi um dos únicos religiosos que apresentou, de forma consistente, uma proposta pedagógica para a educação dos negros no Brasil colonial, a partir de uma dupla pedagogia: uma pedagogia dirigida aos senhores ensinando-os a agirem como cristãos e uma outra pedagogia orientando como os senhores deveriam educar seus escravos no cristianismo;

Para os senhores, preconizou o exercício do Evangelho, especialmente a caridade cristã. Para os escravos, preconizou evitar os pecados próprios da raça dos 'descendentes de Cam', como a ociosidade, a insolência, maldade e outros, que muito deveriam incomodar a moral

daquela época, como vícios, impudicícia, libidinagem, falta de vergonha, incontinência, adultério, lascívia, prostituição, pecados de natureza inquestionavelmente sexual;

Com seus argumentos, Benci propôs uma pedagogia para cristianizar o escravo e prepará-lo para uma vida de servidão e obediência (educação para fazer), e propôs uma outra pedagogia recomendando como o padrão deveria educar o escravo, com energia e, ao mesmo tempo, com moderação (educação para mandar fazer); Nessa pedagogia, o senhor deveria ser o destinatário da educação, ou objeto a quem se destinava o discurso. Mas, ao mesmo tempo, passava a ser o sujeito que deveria exercer o papel de agente (educador) da educação do escravo (o educando). O escravo aparece como o objeto passivo de uma educação que ‘prepara’ para a vida de escravidão, sem possibilidade de escolha;

Podemos observar que a Pedagogia de Benci, refletindo a dicotomia da época, mostra claramente os argumentos do Jesuíta em prol da vida material (dos bens, dos costumes, do trabalho etc), e os argumentos em prol da vida espiritual (da doutrina, da salvação, dos castigos divinos etc); Nos discursos sobre o castigo e o trabalho (questões de cunho notadamente social), Benci recorreu, quase exclusivamente ao Antigo Testamento. Nos outros dois discursos, ou seja, o pão do corpo e o pão da doutrina, Benci se fundamentou preferencialmente nos textos evangélicos que argumentam sobre os deveres cristãos de proverem o corpo e o espírito;

Utilizando a Bíblia, Benci fez, indiferentemente, citações do Antigo e do Novo Testamento, direcionando os argumentos em favor da comprovação da sua tese. Fica claro, entretanto, que sua linha de argumentação fundamental sobre a escravidão negra, que se dizia cristã, não se baseou no Evangelho. Além da Bíblia, Benci teceu sua própria filosofia pedagógica, cujas bases teóricas e empíricas ele foi buscar nos argumentos teóricos e nas experiências práticas relatadas pelos doutores da Igreja. O Missionário escolheu, precisamente, as obras que referendavam o seu enfoque, recortando, dentre as idéias gerais de cada autor, exatamente os trechos que referendavam os seus argumentos.

Benci mostrou conhecer profundamente as aflições dos africanos escravizados, e as suas conclusões são a chave de leitura mais importante para a compreensão da sua mentalidade e, talvez, da sua angústia de homem religioso que se viu dividido entre o compromisso com a Companhia e o seu compromisso de homem político com o Padroado Português, em detrimento do seu compromisso de cristão. Ao discorrer sobre as pensões do cativo e descrever como era a vida dos escravos, Benci trouxe a lume uma das mais importantes categorias, indispensáveis em qualquer concepção pedagógica de todos os tempos, o

conhecimento do educando pelo educador;

Assim, se dirigiu aos senhores como cristãos que deveriam compreender que os escravos eram igualmente cristãos. Infelizmente, o argumento mais forte, o do amor cristão, bem como a idéia da 'regra de ouro' cristã, apenas tangenciaram o seu discurso final, perdendo a força exatamente por conta da temporalidade que não permitiu a ruptura do compromisso da Igreja com o Estado. E, no momento mais significativo de toda a sua obra, depois de circular a questão nuclear (a escravidão com sua incompreensível carga de desumanidade), no momento em que ele declarou que queria falar aos senhores 'como cristãos', acabou por tangenciar o problema, sem atingir o seu cerne.

Nos seus discursos, entretanto, o Missionário Jesuíta não ousou pedir àqueles senhores que procedessem como cristãos e acabassem com o cativo. Mesmo após ter argumentado e mostrado como são duras as penas do cativo, ele não conseguiu ultrapassar os limites impostos pela consciência do seu tempo, limitando-se a pedir aos senhores que ajudassem a suavizar o fardo carregado pelos escravos;

Benci chegou a aludir com a possibilidade da libertação dos escravos. Mas ele mesmo reviu a sua posição, em vista da realidade política e econômica do seu tempo, por saber quão dura seria a sua luta, caso abraçasse a causa do fim do cativo. Preferiu pedir menos, talvez na boa intenção de ser mais bem atendido; Ou melhor, nas suas próprias palavras, ele disse, claramente, que não pretendia persuadir os senhores, e que não pretendia que dessem liberdade aos servos, como fizeram os verdadeiros cristãos. Benci se limitou a pedir que tratassem os escravos como próximos;

Destarte, Benci não conseguiu romper com o paradoxo da escravidão colonial: **cristianismo e escravidão**. Reconheceu o sofrimento de um dos seus educandos (o escravo) e reconheceu o descumprimento da Lei de Cristo pelo educando/educador (o senhor). Mas, tangenciou o problema central uma vez que não condenou explicitamente a escravidão, nem ordenou, em nome de Cristo, que acabassem com ela, como fizeram os verdadeiros cristãos.

A obra de Benci foi, pois, uma concepção pedagógica dirigida, na prática, para a formação da mão-de-obra colonial. Porém, não se tratou somente de 'adestramento', ou formação de mão-de-obra, pois, o seu projeto pedagógico, no que se refere à vida cristã, há princípios doutrinários que ultrapassaram uma simples proposta de adestramento; Benci lançou algumas idéias de libertação, mas, limitado pelo seu grau de consciência, não tirou delas as conseqüências práticas que se impunham; Ou seja: nada fez, na prática, para promover a libertação dos escravos, mas, sim, para catalisar os conflitos das relações senhor-

escravo. Houve, de fato, de sua parte, uma proposta pedagógica específica, mas, esta proposta pedagógica não se encaminhou para a libertação dos escravizados, pelo contrário, a pedagogia para a vida cristã foi instrumentalizada a serviço do trabalho escravo.

Das conclusões

Concluimos, observando que os princípios do Jesuíta tiveram um objetivo colonizador, missionário e evangélico. Mas, as suas intenções foram, também, as de equacionar necessidades do seu tempo: como controlar a classe dos escravos, em número crescente? Como fazer aceitável o poder de dominação? Como punir dentro dos limites, doutrinar amplamente sem, entretanto, despertar a consciência da liberdade? Como evitar que o ódio extravasasse?

Nessa intenção, seus discursos encaminham senhores e escravos para a aceitação do poder constituído. Para resolver o impasse, a teoria pedagógica de Benci, de acordo com a consciência da sua época, mediante o trinômio: crer, orar e agir (Para a Maior Glória de Deus), apresentou objetivos que preparava o senhor (educador) para tratar com o escravizado (educando), segundo princípios humanos, religiosos e morais daquele contexto e, ao mesmo tempo, preparava o escravizado para o trabalho, a docilidade, a obediência e o cumprimento dos deveres (Para a Dilatação da Fé e do Império). Finalizando, fica claro que o jesuíta italiano Jorge Benci foi um dos ideólogos justificadores e reformadores da escravidão colonial, não chegando, porém, a um grau de consciência cristã compatível com princípios evangélicos contrários à escravidão. Conseqüentemente, sua proposta pedagógica funcionou como elemento catalizador das relações econômicas e sociais.

Referências Bibliográficas

- ÁVILA, Afonso. **O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Debates).
- AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BAXANDALL, Michael. **O Olhar Renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. (trad.) Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (Oficina das Artes; v. 6).
- BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja Frente aos Estados Liberais: 1880-1930. In: Dussel Enrique. História Liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992.**

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. (Trad. e notas) Raimundo Vier, OFM. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Afro-América: a escravidão no novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é História).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

FRAGOSO, Hugo (ofm). A Era Missionária (1686-1759). In: **História da Igreja na Amazônia**. Eduardo Hoornaert (Org.). Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. O Etnocentrismo na Primeira Evangelização do Brasil. In: **Convergência**. Junho, 1990, ano XXV, número 233, pp.289-303.

FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973. 447 p. (Estudos, 21).

GOLDMANN, Lucien. A sociologia da Literatura: status e problemas de método. In: **Crítica e dogmatismo da Cultura moderna**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973. p. 41-74.

_____. Consciência real e consciência possível, consciência adequada e falsa consciência. In: **Crítica e Dogmatismo da Cultura moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HÄRING, Bernhard C. S.S. R. **A Lei de Cristo: Teologia Moral para Sacerdotes e Leigos**. Tomo I, Teologia Moral Geral. São Paulo: Herder, 1960.

HATZFELD, Helmut. **Estudos Sobre o Barroco**. (Trad.) Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1988 (Coleção Stylus; 8).

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. Jeffersoh Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (O homem e a história).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção Magistério 2º grau: Série Formação do Professor).

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias**. (Trad.) Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 1996.

ORDENAÇÕES FILIPINAS: LIVRO II e III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fac-símile. (Ed.) Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870.

RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, (Brasiliana: série grande formato).

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.